

QUÉAU, Philippe. Cibercultura e info-ética. In: MORIN, Edgar (Org.). *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 460-480.

Em novembro de 1997, o ministro da Educação francês, Claude Allègre, propôs a Edgar Morin a presidência de um “conselho científico” criado para “fazer sugestões para o ensino de segundo grau”. Aceito o convite, na primeira reunião do conselho Morin apresentou a proposta de realização das *jornadas temáticas*, “no intuito de demonstrar o movimento por meio do caminhar”. As *jornadas* teriam o objetivo de formular respostas ao duplo desafio do século XXI: o desafio da globalidade, com os problemas da inadequação de um saber fragmentado, por um lado, e das “realidades multidimensionais, globais, transnacionais, planetárias”, por outro; e o desafio do desenvolvimento “incessante dos saberes”, que dificulta a organização dos conhecimentos a partir de problemas.

As *jornadas temáticas* foram realizadas no período entre 16 e 24 de março de 1998, e a transcrição dos textos deu origem à publicação do livro na França, em 1999, e no Brasil, em 2001. Foram oito jornadas: *O Mundo; A Terra; A Vida; A Humanidade; Línguas, civilizações, literatura, artes, cinema; A História; As Culturas adolescentes; A Religião dos saberes*. Segundo Morin, “cerca de sessenta professores e pesquisadores dedicaram-se ... a essas oito jornadas, ... mostrando a coerência e a exequibilidade das proposições...”

Nesta resenha, estaremos contemplando a sétima jornada temática, *culturas adolescentes*, desenvolvida em quatro textos: “A cultura adolescente de rua nos grandes conjuntos habitacionais suburbanos”, de David Lepoutre; “Condutas viciantes e miragens adolescentes”, de Simon-Daniel Kipman; “Iniciação jurídica dos alunos do segundo grau”, de Norbert Rouland; e “Cibercultura e info-ética”, de Philippe Quéau (este último, o objeto específico do nosso trabalho).

Quéau é diretor da divisão Informação e Informática da Unesco, engenheiro da Escola Nacional Superior das Telecomunicações da França e autor de vários livros sobre tecnologia digital aplicada à arte. Ele inicia seu texto indagando “o que é *cultura*?” Sua resposta é “aquilo que pode dar a toda pessoa razões para viver e ter esperanças. É o que pode dar meios de agir a fim de aumentar a beleza e a sabedoria no mundo. ... porque a cultura é como a natureza: ela vive pela respiração, pelos fluxos, pelos sopros, pelas fecundações e mestiçagens”. Ele não fala, propriamente, de *culturas adolescentes* mas, especialmente, de uma cultura emergente.

Seu ponto de partida é a riqueza da diversidade cultural está sendo ameaçada pela “mundialização econômica e financeira, a globalização das tecnologias [e] a planetarização das questões ambientais”, que não estariam sendo acompanhadas pelo desenvolvimento de uma “consciência moral e política à altura dos desafios”. Nesse contexto em transformação, seria necessário criar, em termos planetários, uma cultura capaz de reunir o global e o local — uma cultura ‘global’. A cibercultura¹, que acompanha a emergência da sociedade da informação, possui certos atributos dessa cultura ‘global’, da qual a ‘cultura Internet’ seria uma prefiguração, e dispõe de modelos mentais e de instrumentos capazes de “apreender melhor as novas formas de complexidade” criadas pelas relações entre a cultura global e as culturas locais.

¹ Wertheim diz que “o ciberespaço está vindo à luz numa explosão ante nossos próprios olhos ... Estamos testemunhando o nascimento de um novo domínio, um novo espaço que simplesmente não existia antes. ... temos aqui uma versão digital da expansão cósmica de Hubble, um processo de criação de espaço. ... Em meados de 1998, cem milhões de pessoas estavam se conectando regularmente com a Internet e estima-se que na próxima década haverá perto de um bilhão de pessoas on-line. Já com trezentos milhões de páginas, a World Wide Web está crescendo em um milhão de páginas por dia. Esse espaço formou-se, a partir do nada, em pouco mais de um quarto de século, o que faz dele o ‘território’ de mais rápido crescimento da história”. WERTHEIM, M. *Uma história do espaço de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

Assim, para Quéau “a cibercultura não é simplesmente uma cultura do ciberespaço e da navegação pelos imensos recursos da informação, é também uma cultura do governo global” e seu verdadeiro desafio seria o de “civilizar” a mundialização da economia e a globalização cultural. Pois, segundo ele, “a revolução atual não é uma simples revolução técnica, mas algo de muito mais profundo, comparável ao que foi o aparecimento do alfabeto”, e esta transformação é acompanhada por uma “modificação radical de nosso olhar sobre o mundo”, de nossa maneira de abordar os problemas e encontrar soluções. E uma das questões mais relevantes, no contexto da revolução trazida pelas redes virtuais, é a da diversidade cultural.

A mundialização é [...] uma ameaça para a riqueza e a variedade das culturas do mundo. Mas é também uma chance. Existe um equilíbrio a ser encontrado [...] em relação às diferenças entre os povos e o que os reúne, entre o gênio próprio a cada povo e suas aspirações comuns. Por outro lado, nunca é demais lembrar que a sociedade da informação não implicará necessariamente mais cultura. Pois, sabe-se muito bem que informação não é conhecimento, e que conhecimento não é cultura. [...] A cibercultura só merecerá realmente este nome quando terá sabido encarnar as aspirações profundas dos cidadãos planetários em que nos estamos transformando.

Mas, a “sociedade planetária da informação” não seria encorajadora da criação de mecanismos de exclusão? Nesse ponto, Quéau argumenta sobre a necessidade de políticas públicas de acesso à informação. Para ele, existe um campo especialmente privilegiado de intervenção para o poder público, qual seja o do domínio público da informação:

Os estados, com as diversas instituições governamentais públicas, as organizações não governamentais de interesse público, as associações sem fins lucrativos dispõem de fontes consideráveis de informações, de dados, de documentos, de arquivos. Esses imensos recursos são ainda insuficientemente valorizados pelo mundo afora e permanecem em muitos casos sem utilização.

O ponto central, é tomarmos consciência do caráter estratégico do domínio público da informação.

Para Quéau, as pessoas ainda não estão totalmente conscientes dos enormes desafios “sociais, culturais, educativos que a sociedade emergente nos traz”. Nesse sentido, “o acesso à informação torna-se um fator-chave na luta contra a pobreza, a ignorância e a exclusão social” e por essa razão “não se pode deixar apenas nas mãos das forças do mercado o cuidado de regular o acesso aos conteúdos das ‘autovias da informação’. Pois são esses conteúdos que vão tornar-se o desafio fundamental do desenvolvimento humano nos âmbitos da sociedade da informação”. Na sociedade da informação, a igualdade deve ser “uma igualdade de acesso”:

o acesso gratuito e universal à informação pública é uma condição para a justiça social, para a construção da identidade coletiva, da solidariedade. É preciso desenvolver um domínio público rico para permitir o acesso ao conhecimento e favorecer a expressão da diversidade cultural.

Entretanto, o verdadeiro desafio é criar uma consciência da imensa riqueza coletiva, em escala mundial, que o acesso gratuito ao domínio público mundial da informação representa. “As oportunidades oferecidas pelo *World Wide Web* em matéria de acesso à informação e partilha dos conhecimentos dependem amplamente da coordenação internacional dos esforços.” Nesse sentido, a cibercultura

acompanha o desenvolvimento da Internet, do ciberespaço, mas também de novas técnicas de representação (imagens numéricas, realidade virtual, tele-virtualidade, comunidades

virtuais...). Ela é fundamentalmente ligada à mundialização em curso e às mudanças culturais, sociais e políticas, [e] apóia-se sobre esquemas mentais, modos de apropriação social, práticas estatísticas muito diferentes das que conhecíamos até agora [criando] uma enorme quantidade de comportamentos inovadores cujas conseqüências sociais e culturais ainda não puderam ser suficientemente estudadas.

Desse modo, para Quéau sendo a cibercultura um dos lugares em que se

elaboram novos comportamentos intelectuais e culturais, capazes de encarnar concreta e praticamente a questão do universal [...] deve também tornar-se o lugar do florescimento de uma ética adequada à sociedade mundial da informação, a *info-ética*.

Ele esclarece que

a info-ética não é uma nova ética: ao contrário, ela apóia-se sobre valores éticos fundamentais, experimentados, como a igualdade, a justiça e a dignidade humana, e busca colocá-los em prática no contexto da sociedade mundial da informação.

E nos provoca, ao resgatar velhas questões: que civilização desejamos construir para as gerações futuras? Qual o sentido da solidariedade num mundo cada vez mais interdependente? Qual será o lugar dos humanos num mundo dominado por máquinas e lógicas abstratas?

No centro da cibercultura se tece um desafio profundamente ético. Bem mais do que definir um código de conduta para a Internet ou uma regulação para o comércio eletrônico, trata-se de um debate necessariamente democrático sobre o futuro da sociedade mundial, com a participação mais ampla possível dos interessados, isto é, dos seis bilhões de cidadãos planetários.

Fiel ao espírito das *jornadas*, Quéau ressalta que

o mundo precisa de uma visão, de um projeto que possa levar em conta todos, especialmente os mais pobres e mais deserdados. São eles, de fato, que detêm a chave do futuro. Se não levarmos isso em conta, iremos coletivamente em direção à nossa perda e eles conosco. São eles que nos farão “mais ricos devido às diferenças [...] e ao seu desenvolvimento [pois] como escreveu Ricardo Petrela, ‘o bem comum é representado pela existência do outro’. E aquele que é mais desfavorecido é ainda mais ‘outro’, exatamente porque ele é o mais desfavorecido.”

Nesse cenário de desigualdades reais, cresce a *responsabilidade social* dos profissionais da informação, tanto como produtores de conhecimento no campo científico quanto como *facilitadores* na comunicação da informação para usuários que dela necessitem, na sociedade, independentemente dos espaços sociais onde vivem e dos papéis que desempenham no sistema produtivo. Crescem, também, as possibilidades de serem criados instrumentos para efetiva comunicação da informação e do conhecimento, de modo a apoiar atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade:

Pois embora a informação sempre tenha sido uma poderosa força de transformação, o capital, a tecnologia, a multiplicação dos meios de comunicação de massa e sua influência na socialização dos indivíduos deram uma nova dimensão a esse potencial.²

² FREIRE, I.M. *A responsabilidade social da ciência da informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico*. Rio de Janeiro: IBICT – UFRJ, 2001 (Tese, Doutorado em Ciência da Informação). Acesse www.isafreire.kit.net.

Essa visão pode significar um novo olhar sobre a prática, os conceitos e tecnologias disponíveis no campo da Ciência da Informação. Um olhar que contemple verdadeiramente o nosso 'outro', o *usuário*, e possa se traduzir no desenvolvimento de uma *práxis*³ que nos aproxime, o mais possível, das pessoas e grupos nos quais a informação que produzimos poderá se manifestar como possibilidade de conhecimento. Contemplando novos horizontes de atuação profissional e social, abrindo novos campos onde a informação possa ser semeada e render frutos no futuro próximo.⁴

Isa Maria Freire

Antropóloga e Socióloga. Doutora em Ciência da Informação
Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Convênio MCT/IBICT – UFF

Resenha aprovada em 28.06.2004

³ “A palavra *práxis* provém do grego antigo ... O termo ... designava a ação que se realizava no âmbito das relações entre as pessoas, a ação intersubjetiva, a ação moral, a ação dos cidadãos. [Aristóteles] encarava a *práxis* como a atividade ética e política, distinta da atividade produtiva, que era a *poiésis* [e concebeu] um terceiro tipo de atividade, cujo objeto era exclusivamente a busca da verdade: a *theoria*.” No pensamento marxista, a *práxis* é “a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que ... precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática”. KONDER, L. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.97-115 *passim*.

⁴ Lembramos, aqui, da parábola do semeador, no Novo Testamento: em Mateus, 13:4-23; Marcos, 4:1-20; e Lucas 8:4-15.